

O jornal diário dos ancepianos.  
10 de abril- 8h30

## PRESENÇA NO 8º ENCONT É COMPROMISSO DOS ANCEPIANOS PARA AGOSTO



O **8º ENCONT - Encontro Nacional dos Contabilistas de Entidades de Previdência** será realizado nos dias 1º e 2 de agosto, em Porto Alegre e seu tema-central já está escolhido: "Contabilidade na Era Digital: Rompendo Fronteiras em um Mundo em Transformação".

"Por sua extraordinária importância, refletida no grande público que vem reunindo em todos esses anos, recomenda-se marcar na agenda como um daqueles compromissos aos quais todos estamos obrigados a comparecer", resume o Presidente Roque Muniz.

O programa, alinhado com a temática escolhida, logo anunciado. O 8º ENCONT será pelo terceiro ano consecutivo uma realização conjunta da ANCEP e ABRAPP, duas associações conhecidas pelo elevado padrão técnico de seus eventos.

### Pesquisa : 51% são contra a reforma da Previdência

A reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro é rejeitada por 51% dos brasileiros, mostra pesquisa [Datafolha](#).

Informa a **FOLHA DE S. PAULO** que são favoráveis 41%, 2% se dizem indiferentes e 7% não sabem.

A oposição à reforma é maior entre mulheres (56%) e supera o apoio por pelo menos dez pontos em todas as faixas etárias até 59 anos de idade.

Já entre homens, 48% se dizem a favor e 45% contra, um empate técnico (a margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou menos).

O apoio à reforma é numericamente superior também entre os de renda familiar acima de dez salários mínimos (R\$ 9.998 em 2019), 50% apoiam a reforma; 47% são contra. A maior rejeição, de 63%, aparece entre funcionários públicos (5% da amostra).

### Pesquisa 2 : poucos brasileiros poupam para a velhice

A maioria da população brasileira está despreparada financeiramente para um aperto nas regras de acesso à aposentadoria e uma redução no valor dos benefícios, mostra a **FOLHA DE S. PAULO**.

Só 39% dos entrevistados na pesquisa [Datafolha](#) dizem aplicar em poupança e outros investimentos, e apenas 11% têm planos de previdência privada. As porcentagens são semelhantes às verificadas na pesquisa de abril de 2017.

A fatia dos que possuem alguma reserva se eleva com a escolaridade e o nível de renda do entrevistado.

Possuem plano de previdência privada 22% dos que terminaram a faculdade, contra 6% dos que só concluíram o ensino fundamental. A taxa é de 39% entre os que ganham mais de dez salários mínimos, avanço significativo em relação aos 27% que disseram ter esse investimento em 2017. Para os de renda familiar abaixo de dois salários mínimos, 6% dizem ter previdência privada.

## União pretende desistir de metade das ações previdenciárias nos tribunais superiores

A Advocacia-Geral da União (AGU) pretende desistir de metade dos recursos apresentados nos tribunais superiores para discutir questões previdenciárias. Por meio de uma força-tarefa, o órgão pretende encerrar essas ações, que envolvem jurisprudência já consolidada contra o INSS, para se concentrar em casos com maiores chances de vitória.

A medida, noticiada pelo **VALOR ECONÔMICO**, é importante para reduzir custos e a duração dos inúmeros processos em que o INSS é parte. O órgão já foi apontado como o maior litigante do país pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## PEC da reforma da Previdência avança

O **SITE G1** resumia ontem à noite: O relator da proposta de reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), apresentou na noite desta terça-feira (9) parecer pela admissibilidade do texto enviado ao Congresso Nacional pelo governo Bolsonaro. Freitas votou pela constitucionalidade dos pontos considerados mais polêmicos da PEC, como a mudança dos critérios para trabalhadores rurais e a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos carentes, embora recomendando à comissão especial que analisará o mérito da proposta a examinar "com profundidade" esses pontos.

Sobre a possibilidade de a PEC ferir o princípio constitucional da vedação ao retrocesso social, o relator afirma que, "pelo contrário", as soluções propostas "buscam a efetividade de todos os direitos", pois o "desequilíbrio fiscal provocado pelos elevados custos da nossa previdência social tem comprometido sobremaneira a garantia dos demais direitos".

**Capitalização** - O relator afirma que a Constituição não tem cláusula pétrea (que não pode ser alterada) sobre o modelo de previdência social e, por isso, não há inconstitucionalidade na capitalização proposta pelo governo.

Por sua vez, O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou segundo o **VALOR ECONÔMICO** a defender que a reforma da Previdência pesará sobre 18% dos "favorecidos e privilegiados" que entraram cedo numa empresa privada "do pai ou do tio, e vão se aposentar com 48 anos", e que, com a reforma, terão que trabalhar até os 65 anos assim como o grupo de baixa renda.

Ele participou da Marcha dos Prefeitos, em Brasília, e disse que as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) previstas na reforma podem ser aprovadas em um formato em que serão uma opção para o beneficiário. "Quem quiser recebe antes, aos 60", o valor de R\$ 400 e depois o salário mínimo, aos 70. "Quem preferir recebe aos 65 anos" o salário mínimo, disse. A possibilidade de tornar a forma de recebimento opcional do benefício passou a ser cogitada após diversas críticas ao modelo proposto pelo governo, disse Guedes.

Quanto à capitalização, Guedes usa o exemplo do Chile, que adotou o modelo, o que, na visão do ministro, foi essencial para que o país mudasse de patamar e passasse a alcançar crescimentos expressivos do Produto Interno Bruto (PIB). "Se passarmos do sistema de repartição para o de capitalização, por isso enfatizo a necessidade de economia de R\$ 1 trilhão, estaremos falando de uma verdadeira mudança de regime previdenciário. Isso é mudar a história, não uma correção de sistema ou um remendo na calça antiga. É mudar também o ritmo de crescimento do país", afirmou Guedes.